

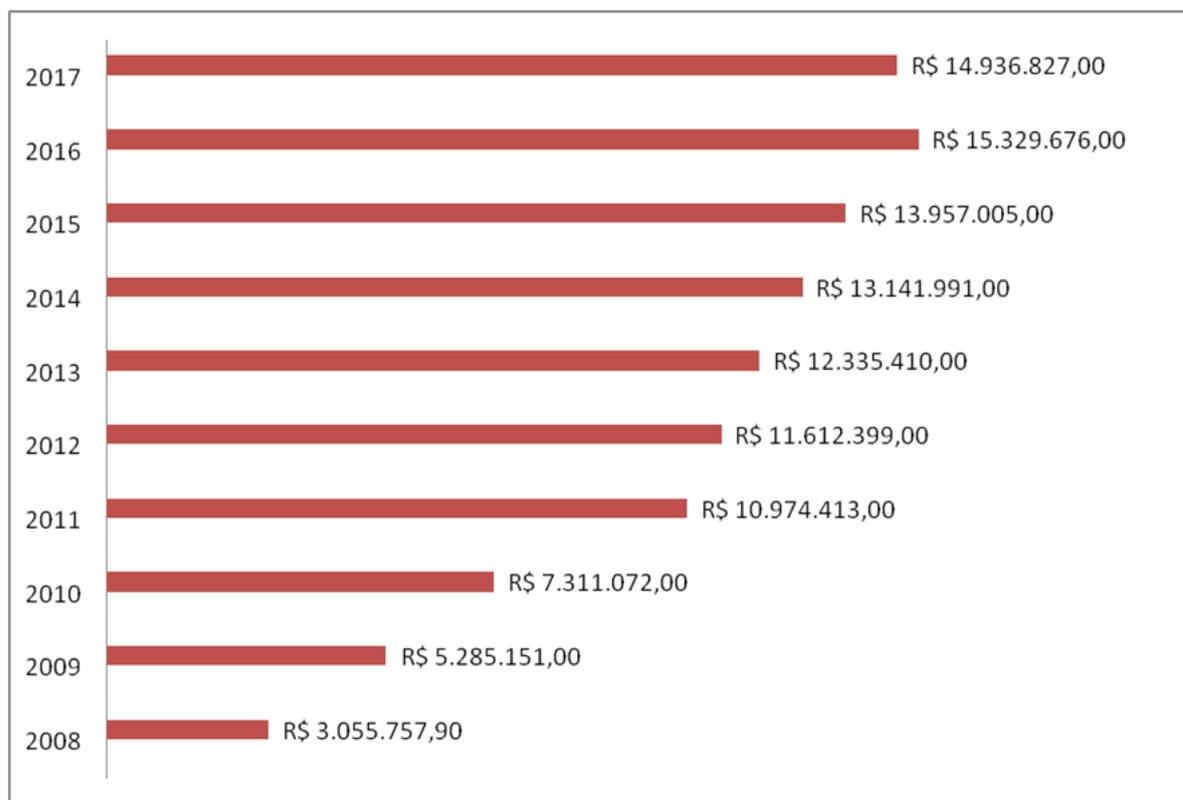


Relatório Executivo

O objetivo deste relatório executivo é apresentar, em linhas gerais, os resultados da pesquisa realizada a partir de minha dissertação de mestrado intitulada “**PROPOSTA DE UM MODELO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**”, em 2018, no Mestrado Profissional em Administração Pública – Profiap/Esan. A pesquisa buscou propor um Modelo de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil no âmbito da UFMS.

Para melhor compreensão da proposição, antes é apresentado, o volume total de recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), recebidos pela UFMS no período de 2008 a 2017.

Gráfico 1- Volume do PNAES destinado à UFMS (2008 a 2017)



Fonte: Lei Orçamentária Anual (LOA). O autor (2017).



Ferramentas de monitoramento e avaliação de políticas tornaram-se essenciais para o planejamento dos gestores, ganhando grande destaque nas últimas décadas.

A partir da revisão da literatura e da análise dos dados levantados, foi proposto um Plano de Ação contendo ações e um modelo de monitoramento e avaliação que possam ser utilizados pela PROAES, para efetuar o monitoramento e avaliação da política e ações sob sua responsabilidade.

1. Plano de Ação

Por meio da análise e descrição da Política de Assistência Estudantil da UFMS, verificou-se a inexistência de recomendações formais para o monitoramento e avaliação desta política. Assim, esse Plano de Ação busca propor ações e um modelo de monitoramento e avaliação que possam ser utilizadas pela PROAES para efetuar o monitoramento e avaliação da política e ações, a fim de cumprir o disposto no inciso II do parágrafo único do Art. 5º do Decreto 7.234/2010:

Art. 5º [...]

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I – [...]

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES (BRASIL, 2010).

Assim, o Modelo de Monitoramento e Avaliação proposto, por meio deste Plano de Ação, busca:

- Colaborar para o aprimoramento da Política e Ações de Assistência Estudantil da UFMS;
- Detectar os pontos fracos e fortes da Política e Ações de Assistência Estudantil;
- Compor a UFMS de informações, por meio da composição de um banco de dados, referente à evolução da Política e Ações de Assistência Estudantil;
- Conhecer a visão dos beneficiários no tocante a sua satisfação e;
- Permitir a transparência e a publicidade das informações relacionadas à Política e Ações de Assistência Estudantil.



Nesse sentido, esse Plano de Ação tem a pretensão de poder contribuir no auxílio do fortalecimento da Política e Ações de Assistência Estudantil na UFMS. Com a utilização de ferramentas de monitoramento e avaliação, espera-se ser possível identificar as eficiências e deficiências da política e ações, permitindo assim a sua correção, em momento oportuno, como também permitir o seu conhecimento mais aprofundado e somado a possibilidade de transparência das informações relacionadas à assistência estudantil. Esse Plano de Ação utilizará a avaliação de resultados, que foi descrita no segundo capítulo, o que permitirá averiguar se os objetivos da política estão sendo alcançados.

1.1 Modelo Proposto

A UFMS, como já dito anteriormente, não conta com uma Política de Assistência Estudantil institucionalizada. Há apenas uma resolução¹ que estabelece as normas de ações do Programa de Assistência Estudantil da UFMS, salientando que se trata apenas das ações em que há a transferência de recursos. Entretanto, essa resolução, de forma idêntica ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, estabelece como objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010b).

Dessa maneira, observa-se que a UFMS busca atender o que determina o PNAES, sendo, então, necessário monitorar e avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. É importante lembrar que o PNAES, tem, como objetivo, “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os alunos e contribuir para melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão” (SANTANA, 2016, p. 79).

Propõe-se, então, um modelo (figura 1), baseado na avaliação de resultados, que permita monitorar e avaliar o cumprimento dos objetivos, por meio de aspectos quantitativos e qualitativos, sendo esse modelo capaz de repassar informações aos gestores referentes à:

¹ Resolução nº 8 do Conselho Diretor, de 29 de janeiro de 2018.



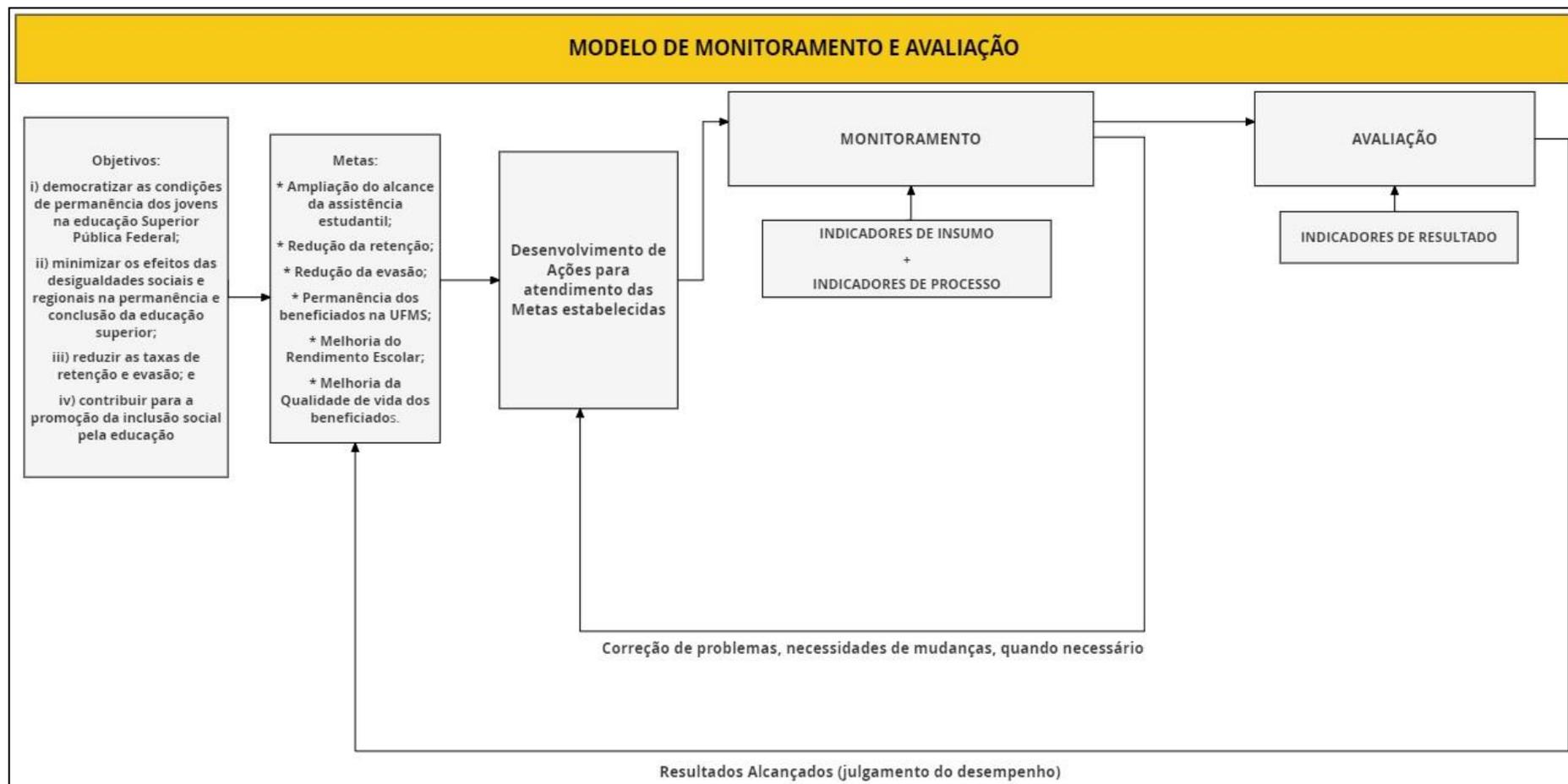
- Quantidade e formas de atendimentos aos beneficiados pela assistência estudantil;
- Retenção dos beneficiados pela assistência estudantil;
- Evasão dos beneficiados pela assistência estudantil;
- Permanência dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil na UFMS;
- Rendimento Escolar dos beneficiados pela assistência estudantil;
- Qualidade de vida dos beneficiados pela assistência estudantil

Assim, a PROAES, unidade responsável pela política de assistência estudantil da UFMS, poderá verificar se suas ações estão sendo capazes de atingir os objetivos propostos pelo PNAES, podendo, caso seja necessário, repensar, corrigir e reorganizar suas ações, com o intuito de cumprir os objetivos determinados pelo programa. O modelo busca favorecer a qualidade das ações da PROAES e verificar a evolução do trabalho já desenvolvido. Um modelo de monitoramento e avaliação, certamente, promoverá a sinalização de novas frentes de trabalho para a assistência estudantil e também poderá apontar a existência de especificidades entre as ações de assistência estudantil nas diferentes unidades da UFMS, permitindo, assim, o desenvolvimento de ações que levem em consideração as características de cada unidade. Além do mais, um modelo de monitoramento e avaliação integrará informações gerais relacionados à assistência estudantil institucional, evidenciando seu caminho e avanços.

Cabe salientar que esse modelo não esgota as possibilidades de ajuste e a identificação e o surgimento de novos modelos e indicadores e, tampouco, pretende estabelecer definitivamente parâmetros de mensuração, mas, busca iniciar a reflexão sobre uma possível abordagem da temática. A figura 1 apresenta o modelo proposto na pesquisa.



Figura 1 - Modelo Proposto para Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil.



Fonte: O Autor (2018).



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Segundo Vaitsman, Rodrigues e Paes-Souza (2006), os indicadores de monitoramento e avaliação de políticas sociais são construídos por meio da obtenção de dados primários sobre as ações, sendo necessária clareza sobre os objetivos e a lógica em cada programa. Ainda, segundo os autores, os dados “devem ser produzidos com periodicidade e agregação definidas, para que os indicadores possam ser comparados” (VAISTMAN; RODRIGUES; PAES-SOUZA, 2006, p. 30). Exposto o modelo, detalhamos, no quadro 1, os indicadores propostos.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Quadro 1 – Construtos, Parâmetros e Indicadores

Construtos	Parâmetros	Indicadores	Classificação do indicador	Descrição	Periodicidade
MONITORAMENTO	- Quantidade de atendimentos - Volume de recursos - Desligamentos das ações - Efeitos intermediários das ações - Cobertura de atendimento	Vulnerabilidade	Processo	Deve expressar o percentual de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e regularmente matriculados em curso de graduação, separados por unidade	Semestral
		Auxílios	Processo	Devem possibilitar o monitoramento periódico do número de auxílios concedidos aos alunos, permitindo avaliar o progresso quantitativo dos benefícios concedidos, separados por unidade	Mensal
		Atendimentos	Processo	Deve expressar o número de alunos atendidos pelas ações de assistência estudantil, por unidade	Mensal
				Deve expressar o número de atendimentos psicológicos, por unidade	
				Deve expressar o número total de atendimentos pedagógicos, por unidade	
				Deve expressar o número total de atendimentos odontológicos, por unidade	
				Deve expressar o número total de atendimentos nutricionais, por unidade	
		Deve expressar o número total de atendimentos fisioterapêuticos, por unidade			
		Desligamento	Processo	Deve expressar o quantitativo do número de beneficiários desligados da assistência estudantil, por unidade	Mensal
		Recursos investidos	Insumos	Deve indicar em valor absoluto o total de recursos aplicados pela UFMS à assistência estudantil	Mensal
Deve indicar, em média, o quanto foi investido para cada aluno beneficiário	Semestral				
Deve indicar a proporção de recursos adicionais aplicados pela UFMS em relação aos recursos provenientes do PNAES	Semestral				
Retenção por unidade	Processo	Deve estabelecer a razão entre o número de alunos beneficiários retidos e o número total de alunos beneficiários, por unidade	Semestral		
Evasão por unidade	Processo	Deve estabelecer a razão entre o número de alunos beneficiários evadidos e o número total de alunos beneficiários, por unidade	Semestral		



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



		Desempenho acadêmico por unidade	Processo	Deve expressar o desempenho acadêmico de cada beneficiário, por unidade	Semestral
AVALIAÇÃO	- Efeitos finais do programa - Atendimento das metas	Retenção total	Resultado	Deve estabelecer a razão entre o número de alunos retidos e o número total de alunos, <u>devendo</u> ser feitas para alunos beneficiários e alunos não beneficiários, com o intuito de comparar os índices de retenção entre os alunos que recebem o benefício e o índice dos alunos que não recebem	Anual
		Evasão total	Resultado	Devem estabelecer a razão entre o número de alunos evadidos e o número total de alunos, <u>devendo</u> ser feitas para alunos beneficiários e alunos não beneficiários, com o intuito de comparar os índices de evasão entre os alunos que recebem o benefício e o índice dos alunos que não recebem	Anual
		Desempenho Acadêmico total	Resultado	Devem possibilitar a comparação entre os beneficiários e os não beneficiários com o intuito de verificar se as ações estão permitindo melhora do desempenho acadêmico dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica	Anual
		Alcance da Assistência Estudantil	Resultado	Deve expressar a relação entre o número de estudantes beneficiários pela assistência estudantil e o número de alunos em vulnerabilidade socioeconômica	Anual
		Satisfação dos Beneficiários	Resultado	Deve possibilitar a verificação da satisfação dos alunos beneficiários, mediante instrumentos, como: questionário, entrevistas.	Anual

Fonte: O Autor (2018).



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Outro aspecto relevante é que o monitoramento e avaliação da política possibilitará o acompanhar os investimentos orçamentários em assistência estudantil ao longo dos anos na Universidade. Esse tipo de informação permitirá a compreensão mais alicerçada da necessidade de mais recursos financeiros às ações, angariando novos suportes institucionais para a realização da assistência estudantil. O modelo deverá permitir monitorar e avaliar as informações das ações produzidas pela PROAES, de forma quantitativa e qualitativa, qualificando, assim, o processo de tomada de decisão pelos gestores das ações, com o objetivo de aprimorar a gestão da Política de Assistência Estudantil da UFMS, como também permitir a transparência de tais informações.

1.2 Institucionalização da Política de Assistência Estudantil

Face do exposto neste Plano de Ação, externou-se a importância do monitoramento e avaliação da Política e Ações de Assistência Estudantil, com o intuito de permitir a identificação de pontos positivos e negativos na política e ações, assim como também permitir a geração de informações essenciais para a tomada de decisões qualificadas por parte dos gestores. Entretanto, após análise dos normativos internos da UFMS relacionadas à assistência estudantil, e das entrevistas concedidas pelos atores da instituição, comprovou a ausência de ferramentas de monitoramento e avaliação da política e ações.

Dessa forma, uma ação deste Plano de Ação refere-se à necessidade de institucionalizar a Política de Assistência Estudantil da UFMS, por meio dos conselhos superiores, assegurando dispositivos que preveja a realização do seu monitoramento e avaliação.

Outra proposta a fim de institucionalizar a avaliação da política e ações compreende em promover a avaliação anual da política, divulgando avaliação anual da política, trazendo os resultados, análises e conclusões, por meio do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional, contribuindo assim também para a transparência das informações. Cabe ressaltar que o relatório informado é organizado pela Comissão



Própria de Avaliação², cabendo a essa comissão coordenar os processos internos de avaliação da UFMS.

A fim de facilitar a visualização das sugestões apresentadas neste Plano de Ação, apresentamos o quadro 24, no qual se encontram sintetizados as propostas constantes neste Plano de Ação:

Quadro 2 – Síntese do Plano de Ação

Adotar o Modelo de Monitoramento e Avaliação das Ações de Assistência Estudantil proposto pelo pesquisador
Institucionalizar a Política de Assistência Estudantil
Promover avaliação anual das Ações, divulgando os resultados no Relatório de Autoavaliação Institucional

Fonte: O Autor (2018).

Por fim, a PROAES aplicando o Modelo proposto pelo pesquisador, estará atendendo uma das diretrizes do FONAPRACE:

definir um sistema avaliativo dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico (FONAPRACE, 2012, p. 69).

O modelo proposto também permitirá dar maior transparência, visibilidade e reconhecimento das ações, fortalecendo a Assistência Estudantil.

Atenciosamente,

Marco Antonio Mattos

² Na UFMS a CPA possui 13 membros contemplando todos os segmentos, são 5 docentes, 5 técnico-administrativos, 1 discente representante da graduação, 1 discente representante da pós-graduação e 1 representante da sociedade civil. A CPA vigente foi constituída pela portaria n° 865 de 21 de julho de 2017 e pela portaria n° 902 de 27 de julho de 2017 e tem mandato até 2020.